

## REUNIÃO DO DIA 2002.06.28

-----**SESSÃO ORDINÁRIA**-----  
 -----**REUNIÃO DE DIA VINTE E OITO DE JUNHO DO ANO DOIS MIL E DOIS**-----  
 -----**ACTA NÚMERO QUATRO / DOIS MIL E DOIS**-----  
 -----**COMPOSIÇÃO DA MESA: Presidente** – Jorge Gabriel Duarte Catana Monteiro Martins; **Primeiro Secretário** – José Júlio Martins Barreiras; **Segundo Secretário** – Paulo Jorge Carvalho Cecílio Patrício;-----

-----**PRESENCAS:** Estiveram presentes os senhores Lúcia Maria Silva Poseiro (PSD); Abel José Marques Bruno Henriques (BP); Jorge Gabriel Duarte C. Monteiro Martins (PS); José Júlio Martins Barreiras (PSD); José Alexandre Fonseca (BP); Luis Filipe Godinho Montêz (CDS/PP); Maria Los Angeles Vinuesa Peña Oliveira (CDU); Armando Salvador Maia Fonseca (PS); Carlos Fernando Faria Duarte (PSD); José António Oliveira Gordinho Leonardo (BP); Carlos João F. Pereira Fonseca (PSD); Vítor Manuel Ferreira Fonseca (PS); Cândido Manuel Patuleia Mendes (BP); Paulo Jorge Carvalho Cecílio Patrício (PSD); António Maria Costa Timóteo (CDU); Vítor Fernando Soares Garcia (CDS/PP); Susana Paula Geraldês Manco (PS); Nuno Manuel Mota Silva (PSD); Marlene Sofia Fortunato Veloso (BP); João Paulo Hermenegildo (PSD); Aires Daniel Faria Silva (BP); José Manuel Vieira (PSD); José João Jesus Ferreira (PSD); Eugénia Maria Piteira Leal (PS); Maria Norberta Ponte Ferreira Santos (BP); Joaquim Marcos Henriques (BP).-----

-----**OUTRAS PRESENCAS:** Estiveram igualmente presentes o senhor presidente da Câmara Municipal António Carlos Albuquerque Álvaro, os senhores vereadores Luis Alberto Camilo Duarte, João Carlos Barreiras Duarte, António José Silva Faustino, Jorge Manuel Costa Pereira, Rui Fernando Figueiredo Viola e Manuel Quintino Filipe Silva, a Chefe de Divisão Administrativa e Recursos Humanos Marina Melo Marques Lemos, a Técnica Superior Cidália Maria Pancrácio Santos, o Chefe da Divisão Técnica eng. Luis Fernando Pereira Mil-Homens e o assistente administrativo especialista Nuno Fernando Carreira Taborda Ferreira.-----

-----**EXPEDIENTE:** O senhor presidente da Mesa da Assembleia deu conhecimento do expediente recebido e que se encontra na secretaria da Assembleia Municipal, onde pode ser consultado pelos membros da Assembleia que o desejem fazer. -----

-----**APROVAÇÃO DE ACTAS:** Depois de lida e achada conforme foi deliberado por maioria com três abstenções aprovar a acta n.º 03/2002 da sessão ordinária de 28.04.2002.-----

-----Pelas 21.35 horas o senhor presidente da Mesa da Assembleia declarou aberta a sessão. -----

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** Usou da palavra o senhor presidente da Mesa da Assembleia dando conhecimento das diversas realizações onde esteve presente em representação deste órgão. Informou que no dia 18 de Junho não esteve presente na visita do senhor Governador Civil porque não foi para tal convidado pela Câmara Municipal. Tratando-se da primeira visita do senhor Governador Civil ao concelho de Bombarral, e para que este fosse recebido condignamente, deveriam ter sido feitas diligências para estarem presentes os membros da Assembleia Municipal e os presidentes de Junta de Freguesia. Nesse contexto a Assembleia Municipal foi desconsiderada, fazendo votos para que tal não volte a acontecer. Lembrou que amanhã é o aniversário do concelho e irá haver uma sessão solene pelas 15.00 horas, apelando à participação na mesma. Lembrou que convirá que os representantes dos grupos preparem uma intervenção. -----

-----O senhor António Timóteo (C.D.U.) saudou o grupo coral In Vita Musica pela participação em Itália num encontro de coros, sendo um orgulho e satisfação para o Bombarral. Foi pena que a Câmara Municipal não tivesse aproveitado para promover o concelho. Estava previsto o senhor presidente da Câmara ir, mas 24 horas antes informou que não podia ir.

## REUNIÃO DO DIA 2002.06.28

Pergunta porque não delegou num vereador. Questionou igualmente porque não foi convidado o grupo coral para o aniversário do concelho.-----

-----O senhor Abel Henriques (B.P.) solicitou informação sobre em que fase se encontram os pedidos de parecer referidos pelo senhor presidente da Câmara sobre o pólo II da zona de actividades económicas.-----

-----A senhora presidente da Junta de Freguesia do Pó solicitou informações sobre a recolha de lixos domésticos, limpeza e desinfecção de contentores, levantamento de obras sem licença e alinhamentos propostos no anterior mandato, quais os critérios técnicos utilizados pela Câmara Municipal para o licenciamento de obras. Referiu ainda que “gostaria de manifestar aqui o meu maior descontentamento por não ter sido convidada (acho que os meus colegas também não o foram) a estar presente na recepção ao senhor Governador Civil do Distrito de Leiria aquando da sua visita ao concelho do Bombarral. Manifesto descontentamento e alguma indignação por, entre outras razões. 1. Nos concelhos visitados pelos senhor Governador Civil, daqueles que tenho conhecimento, estiveram presentes inequivocamente os legítimos representantes dos organismos e instituições várias. No nosso concelho não. Esteve reunido à porta fechada com o representante da Câmara e mais um ou outro vereador (pelo menos foi o que eu soube através da comunicação social). 2. A exemplo do que aconteceu com outros colegas do Distrito, também eu gostaria de ter tido a oportunidade de não só cumprimentar o senhor Governado, assim como igualmente ter a possibilidade de participar numa reunião alargada a todos os representantes do concelho ara poder transmitir ao Governo Civil as preocupações e expectativas da minha freguesia, já que vivemos um quadro de exigentes e rigorosas medidas, fundamentalmente estruturais sem as quais tornar-se-á impossível garantir a melhor defesa do interesse e melhoria das condições de vida das populações. É pena o senhor presidente que não tenha sido solidário, pelo menos com os presidentes de Junta, nesta matéria, já que, tal como afirmou à rádio local recentemente, esperava por parte dos presidentes de Junta a maior solidariedade na aprovação do orçamento de 2002. Não acha o senhor presidente esta sua atitude incorrecta?”-----

-----O senhor presidente da Câmara disse não ter ido a Itália com o grupo coral In Vita Musica tendo em conta que os trabalhos relacionados com o orçamento foram mais demorados do que pensava, tendo pensado que seria uma falta de responsabilidade ausentar-se do país sem o documento estar aprovado. Pediu o parecer sobre o pólo II da zona de actividades económicas com carácter de urgência mas ainda não o recebeu. Não estendeu o convite para a visita do senhor Governador Civil ao senhor presidente da Assembleia Municipal e aos senhores presidentes de Junta de Freguesia, por se tratar de uma visita de trabalho. Quanto à recolha de resíduos disse que devido ao aumento dos mesmos há necessidade de afectação de mais recursos humanos e materiais, mas devido às dificuldades económicas não tem havido condições para procurar a sua melhoria. Foi feito um concurso internacional para a adjudicação da prestação deste serviço tendo surgido algumas questões do foro institucional que levaram a que o mesmo não corresse da melhor forma, estando pendente. A solidariedade que solicitou tem a ver com o grau de compreensão da análise dos documentos em apreciação e talvez se enquadre em termos paralelos diferenciais.-----

-----O senhor Victor Garcia (C.D.S./P.P.) solicitou informação sobre a falta de água na Portela e alertou novamente para o estado de conservação da estrada dos Loidos.-----

-----A D. Marlene Veloso (B.P.) leu o seguinte protesto: “Os eleitos do Movimento “O Bombarral Primeiro” vêm apresentar um veemente protesto pela atitude do senhor presidente da Câmara Municipal relativamente à visita do senhor Governador Civil, que tinha como objectivo conhecer a realidade do concelho e recolher as principais preocupações relativas aos

## REUNIÃO DO DIA 2002.06.28

eu desenvolvimento. Desta louvável iniciativa foram excluídos os vereadores e representantes na Assembleia Municipal de toda a oposição. Não é com atitudes de afrontamento, de exclusão e de desprezo total pelos vereadores da oposição e elementos representativos da Assembleia Municipal que se constrói o clima necessário e propício ao desenvolvimento de projectos de interesse para o concelho. Não é com atitudes autistas e autoritárias de quem deveria em primeiro lugar fomentar os consensos que caminhamos para aquilo que é o desejável: colocar o nosso concelho em primeiro lugar. Da nossa parte tem havido permanentemente a disponibilidade demonstradas em declarações na Câmara Municipal e inclusive na abordagem feita pessoalmente ao seu presidente. Estamos a três anos da conclusão deste mandato crucial para o concelho: vamos ter pela última vez a oportunidade de conseguir alguma disponibilidade financeira no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio. Apelamos ao senhor presidente da Câmara para que faça um esforço no sentido de se libertar de “feridas” pessoais e para que ponha os elevados interesses do concelho acima das mesmas. Só com todos, num acto verdadeiramente democrático, no contexto das dificuldades financeiras do município, poderemos fazer os investimentos fundamentais para o seu desenvolvimento. O Movimento “O Bombarral Primeiro”, mais uma vez, transmite a sua inteira disponibilidade para participar activamente na construção de um concelho melhor, na base do respeito mútuo, do direito à participação e sem qualquer tipo de exclusão.” -----

-----A D. M.<sup>a</sup> Los Angeles (C.D.U.) apresentou igualmente o protesto da C.D.U. pela forma sobranceira como o presidente da Câmara tratou a Assembleia Municipal aquando da visita do senhor Governador Civil. Considerou que as visitas de trabalho se devem fazer com a presença do máximo de representantes. Expressa a sua solidariedade com os presidentes de Junta de Freguesia reforçando o seu protesto. Relativamente ao patrocínio a uma equipa de ciclismo perguntou o que está a falhar para não se ver o nome do Bombarral na devida proporção do patrocínio concedido. -----

-----O senhor presidente da Câmara reconheceu ser um facto que até agora não foi possível recuperar a estrada dos Loridos. No tocante à falta de água a questão do calcário e da falta de pressão são as questões que levam à mesma falta. Tendo já referido as razões do não convite para a visita do senhor Governador Civil não valerá a pena repetir-se. -----

-----O senhor vereador António José Faustino, relativamente à questão do patrocínio à equipa LA PECOL, informou que no início da época de ciclismo ofício ao senhor presidente do Sport Clube Escolar Bombarralense sobre a matéria colocada tendo-lhe sido comunicado que a situação iria ser corrigida o que se veio a verificar. Não tinha conhecimento das provas em Espanha mas irá informar-se. -----

-----A D. Susana Manco (P.S.) questionou o senhor presidente da Câmara sobre os trabalhos do Festival do Vinho nomeadamente porque se tem assistido a trabalhos ao Sábado por funcionários da autarquia. Perguntou que custos tem esses trabalhos e como se vão processar. Quanto à questão da visita do senhor Governador Civil referiu que quando o senhor presidente da Câmara disse que se tratou de uma reunião de trabalho é nesse sentido que acham lamentável não terem sido convidados representantes de outros órgãos. -----

-----O senhor Abel Henriques (B.P.) interpelou o senhor presidente sobre se, quando fez a pergunta e o senhor presidente da Câmara disse que tinha pedido pareceres com carácter de urgência e se conformou com o atraso, desse atraso tanto é culpado o prestador como o tomador do serviço. Não sabe como se faz investimento em equipa de ciclismo superior ao total das transferências para as Juntas de Freguesia e não se sabe o calendário das provas. Perguntou como é que se faz a promoção se não se sabe o calendário. -----

**REUNIÃO DO DIA 2002.06.28**

-----O senhor Luis Montez (C.D.S./P.P.) solicitou informação sobre o ponto de situação das dívidas das empresas que exploram a piscina e o kartódromo. -----

-----O senhor presidente da Câmara respondeu que o trabalho que os funcionários municipais estão a desenvolver ao sábado relacionado com o Festival do Vinho é remunerado nos termos da lei. Quanto à dívida da empresa que explora o kartódromo a mesma tem alguma expressão mas vai providenciar uma reunião para resolver o problema. Trará uma informação na próxima sessão da Assembleia Municipal. Quanto á questão da empresa que explora o kartódromo, tanto quanto julga saber, e face ao contrato de direito de superfície e para que todos tenham conhecimento vai providenciar o seu envio a todos os membros da Assembleia Municipal, mas julga não haver prestações em atraso.-----

----- O senhor João Paulo Hermenegildo (P.S.D.) registou com desagrado a insistência feita quanto à questão da visita do senhor Governador Civil, considerando que o senhor presidente da Câmara respondeu de forma aceitável.-----

-----O senhor José Alexandre (B.P.) solicitou informação sobre a regulamentação municipal relativa à abertura de estabelecimentos comerciais no feriado municipal. -----

-----O senhor Carlos João Fonseca (P.S.D.) solicitou informação sobre se a Câmara Municipal tem conhecimento dos locais de passagem do colectador junto ao Rio Begota, se existe intenção de informar os proprietários confinantes e quem irá pagar os prejuízos.-----

-----O senhor presidente da Junta de Freguesia de Vale Covo solicitou informação sobre se já houve alguma evolução nos trabalhos do saneamento básico das Gamelas. -----

-----O senhor presidente da Câmara disse não se recordar se existe alguma norma que proíba a abertura de estabelecimentos comerciais no dia 29 de Junho, mas lembrou que os comerciantes do mercado municipal solicitaram autorização para estarem abertos no dia 29 de Junho. Quanto à passagem do emissário ao longo do Rio Begota disse que a Câmara Municipal não possui qualquer projecto que permita analisar os locais de passagem. Irá solicitar à empresa Águas do Oeste que seja enviado esse projecto para que os confinantes o possam analisar. Quanto aos esgotos das Gamelas insistiram junto do empreiteiro solicitando urgência na conclusão da obra até porque existe um limite temporal. O empreiteiro comprometeu-se a reiniciar os trabalhos mas até agora não o fez.-----

-----A senhora presidente da Junta de Freguesia do Pó questionou se foi ou não feito o levantamento ao nível concelhio das obras ilegais. -----

-----A senhora presidente da Junta de Freguesia da Roliça lamentou não terem sido todos convidados para a visita do senhor Governador Civil. Antes da reunião de trabalho devia ter sido feita a apresentação. Solicitou informação sobre as obras na Delgada no Pontão. -----

-----O senhor João Paulo Hermenegildo (P.S.D.) em relação á questão das Águas do Oeste que haverá a expropriação de uma servidão e todos os proprietários vão ser contactados.-----

-----O senhor Manuel Patuleia (B.P.) manifestou-se estupefacto porque parece haver um deputado municipal que responde pela Câmara Municipal. Disse ter-se comprometido a colaborar na comemoração do Dia Mundial do Deficiente, pelo que informa que logo que haja elementos prestará a devida comunicação. A Mata Municipal é uma das mais notáveis do país, tendo Sobreiros que são praticamente exemplares únicos e outras plantas raras. Considerou necessário conjugar os interesses turísticos com os interesses ecológicos. No festival do Vinho havia extensões amarradas às árvores que iam provocar o corte da seiva. É importante que a Câmara consiga os eventos mas não permita que as árvores possam definhar por falta de responsabilidade. -----

-----O senhor presidente da Câmara disse que em relação às obras do pontão na Delgada foi recentemente recebida a resposta às consultas para o rebaixamento e melhoria.

## REUNIÃO DO DIA 2002.06.28

Pensa que em relação às árvores da Mata Municipal tem sido recomendado aos responsáveis para protegerem com borracha as árvores que têm fios amarrados. -----

----- Pelas 22.55 horas ausentou-se da reunião o senhor José Júlio Barreiras (P.S.D.). --

----- VISITA DO SENHOR GOVERNADOR CIVIL: Foi deliberado por maioria com 17 votos a favor (8 do B.P.; 5 do P.S.; 2 do C.D.S./P.P. e 2 da C.D.U.), 2 abstenções (2 do P.S.D.) e 6 votos contra (6 do P.S.D.), aprovar a seguinte proposta do C.D.S.P.P.: “Tomámos conhecimento através da imprensa local, que no passado dia 18 do corrente o concelho do Bombarral, foi agraciado com a visita do senhor Governador Civil de Leiria. Lamentavelmente, não foram os autarcas do Partido Popular com assento quer na Assembleia Municipal quer na Câmara Municipal, nem outros, pelo que sabemos, convidados a receber o senhor Governador Civil nem informados do programa oficial da visita. Tal situação que consideramos anormal, não é mais do que uma demonstração da total falta de respeito e ignorância por esta Assembleia Municipal, num estado democrático de direito por uma Câmara Municipal e um presidente que se diz de democrata. Sabemos que não visitou o senhor Governador Civil o concelho o Bombarral, como elemento do P.S.D., mas sim como o mais alto signatário representante do Governo da Nação no distrito de Leiria. Neste sentido já apresentamos as nossas desculpas ao senhor Governador Civil, com a informação do motivo pelo qual não estivemos presentes na sua recepção. Assim face ao exposto, propomos: que esta Assembleia Municipal aprove um voto de protesto contra a conduta do senhor presidente da Câmara Municipal de Bombarral, pela falta de respeito e pela ignorância com que tratou esta Assembleia Municipal com este seu acto irreflectido de não convidar qualquer membro da oposição maioritária quer da Câmara quer da Assembleia Municipal para estar presente na visita que o senhor Governador Civil realizou ao Bombarral. Que deste protesto seja dado conhecimento ao Governo Civil de Leiria e demais interessados.” -----

----- VISITA DO SENHOR GOVERNADOR CIVIL: Foi deliberado por maioria com 17 votos a favor (8 do B.P.; 5 do P.S.; 2 do C.D.S./P.P. e 2 da C.D.U.), 2 abstenções (2 do P.S.D.) e 6 votos contra (6 do P.S.D.), aprovar a seguinte proposta do P.S.: “O grupo do P.S. apresenta este voto no sentido de lamentar e mostrar o seu repúdio pela atitude demonstrada pelo presidente António Albuquerque Álvaro aquando a visita do senhor Governador Civil ao nosso concelho no dia 18 deste mês. Ao não convidar qualquer autarca para esta visita, o senhor presidente desconsiderou a Assembleia Municipal, órgão máximo de soberania do concelho, desconsideração extensiva aos presidentes de Junta e presidente desta Assembleia. Pior ainda, o senhor presidente da Câmara desconsiderou o senhor Governador Civil que não foi oficialmente apresentado aos autarcas deste concelho. Propomos ainda que este voto de protesto seja transmitido ao Governo Civil de Leiria.” -----

----- Pelas 23.00 horas regressou à sessão o senhor José Júlio Barreiras. -----

----- REQUERIMENTO: O grupo do C.D.S./P.P., apresentou o seguinte requerimento: “no seguimento do artigo 53.º ponto 1, alínea f) da Lei das Autarquias Locais e tendo-se já verificado o não cumprimento dos prazos estabelecidos na alínea f) do artigo 68.º da mesma lei para resposta por parte do senhor Presidente da Câmara. Requeremos a V.Ex.<sup>a</sup> que nos informe se foi dado cumprimento pela Câmara Municipal à deliberação desta Assembleia, de 22 de Fevereiro de 2002, para o agendamento em sessão de Câmara para a discussão pública do destino a dar aos terrenos da AGRIA.” -----

----- O senhor presidente da Mesa da Assembleia Municipal respondeu que esta deliberação foi respeitante a uma recomendação enviada à Câmara Municipal e esta pode ou não aceitar. Não foi informada a Mesa sobre qualquer diligência da Câmara na sequência da mesma. -----

## REUNIÃO DO DIA 2002.06.28

-----PROPOSTA: O grupo do C.D.S./P.P., apresentou a seguinte proposta: “1. Vimos recentemente na imprensa local (jornal Área Oeste n.º 229 de 24 de Maio), uma entrevista do Ex.mo senhor Presidente da Câmara Municipal do Bombarral, onde explicitamente se verifica que não é intenção do mesmo respeitar a deliberação desta Assembleia para o agendamento e discussão em sessão de Câmara da utilização a dar aos chamados terrenos da AGRIA. 2. Tal entrevista é, na nossa opinião, uma demonstrativa do desrespeito pelas deliberações desta Assembleia e dos seus membros, por parte de quem tem a obrigação executiva de dar continuidade às deliberações emanadas dos órgãos deliberativos. 3. Assim, na referida entrevista se por um lado é referido que o não pagamento de subsídios às colectividades, a Juntas de Freguesia e a fornecedores, se deve ao facto do orçamento para 2002 não ter sido aprovado por esta Assembleia, por outro não se assume as propostas emanadas desta Assembleia, nem se informa os munícipes que quando não existe orçamento aprovado a Câmara deve reger-se pelo orçamento do ano anterior. 4. Tal entrevista, não é mais do que uma tentativa de atirar areia para os olhos dos munícipes, e uma tentativa de branquear uma situação que só aconteceu devido ao fraco teor do orçamento que nos foi apresentado, pensamos assim que a entrevista não é mais do que a tentativa de um acto de retaliação política a esta Assembleia Municipal, assim como a tentativa de passagem para a opinião pública de que a culpa do mau orçamento apresentado e do despesismo desmedido desta Câmara se deve a outros que não ao órgão executivo. Para evitar tais situações e na defesa das deliberações desta Assembleia Municipal propõe-se: Proposta: para que o público em geral e dos munícipes em particular sejam devidamente esclarecidos e tenham conhecimento dos trabalhos e deliberações desta Assembleia Municipal. Para evitar no futuro qualquer aproveitamento político, por distorção ou incorrecta informação das deliberações desta Assembleia Municipal. Propõe-se que as actas desta Assembleia Municipal e as deliberações da mesma sejam tornadas públicas através da sua publicação, alternada, nos órgãos de informação escrita existentes no concelho do Bombarral, com efeitos retroactivos à primeira acta deste mandato desta Assembleia.” -----

-----O senhor presidente da Mesa da Assembleia considerou que esta proposta envolve uma deliberação que não consta da ordem do dia nem é admissível no período antes da ordem do dia porque não está prevista para tal período. Assim sendo esta proposta só poderá ser submetida à votação caso seja reconhecida a urgência de deliberação imediata por 2 / 3 dos membros. Caso venha a ser reconhecida a urgência será votada no final da ordem do dia. -----

-----PROPOSTA: O grupo do C.D.S./P.P., apresentou a seguinte proposta: “No seguimento da aprovação da proposta publicação das actas desta Assembleia propomos: que seja criada uma comissão composta por um membro de cada partido e movimento com assento nesta Assembleia, presidida pelo senhor Presidente da Assembleia, que faça o resumo das deliberações e intervenções constantes das actas da Assembleia Municipal a publicar.” -----

-----O senhor presidente da Mesa da Assembleia disse que a resposta a esta proposta é idêntica à da anterior.-----

-----PROPOSTA: O grupo do P.S. propõe, nos termos do artigo 2.9.7 do POCAL, a criação pela Assembleia Municipal de uma Comissão de Acompanhamento e Fiscalização de Execução do Orçamento e Plano Plurianual de Actividades, a qual deverá acompanhar, verificar e fiscalizar em cada ano o conjunto do orçamento, plano plurianual de actividades respectivo, devendo para o efeito elaborar relatórios trimestrais da sua actividade a serem transmitidos à Assembleia Municipal, considerar-se-ia como primeiro trimestre os meses Julho, Agosto e Setembro do corrente ano. A composição desta comissão deverá ser a seguinte. 3 elementos do P.S.D.; 3 elementos do Movimento Bombarral Primeiro; 2 elementos do P.S.; 1 elemento do

## REUNIÃO DO DIA 2002.06.28

P.P.; 1 elemento da C.D.U.. Afim da presente proposta poder ser deliberada, requer-se que seja reconhecida a urgência da sua deliberação imediata.”-----

-----O senhor Presidente da Mesa informou que esta proposta será apreciada após a ordem do dia. -----

-----**COMISSÃO DE URBANISMO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO:** A D. M.<sup>a</sup> Los Angeles (C.D.U.), na qualidade de presidente da Comissão de Urbanismo e Ordenamento do território, informou que até à data esta comissão reuniu 3 vezes. Na primeira tomaram conhecimento do caderno de encargos da revisão do P.D.M., tendo ficado a saber que o factor preço deixou de ser o principal. Manifestaram algum desagrado pelo trabalho da Vão Arquitectos, considerando necessário evitar os erros em que se caiu na primeira versão do P.D.M.. Na segunda reunião o senhor presidente da Câmara informou que a Vão Arquitectos está a desenvolver o processo de alterações de regime simplificado ao P.D.M. que depois de devidamente fundamentado será enviado à DGOTDU. Foram também abordadas questões relacionadas com a segurança e fiscalização de obras, tendo o senhor presidente da Câmara informado que iria dividir o concelho em duas áreas para a acção da fiscalização. Ontem, na 3.<sup>a</sup> reunião, foi analisada a questão do edifício na Rua Adelino Amaro da Costa e, depois das informações do senhor presidente da Câmara e do senhor arquitecto Nuno Morais, a comissão aprovou uma recomendação para que a Câmara Municipal volte a apreciar o processo dado o mesmo estar condicionado a pareceres técnicos. -----

-----**INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE MUNICIPAL E A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA AUTARQUIA:** Foi presente informação escrita do senhor presidente da Câmara sobre a actividade municipal e a situação financeira da autarquia.-----

-----**REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Presente a proposta de Regimento da Assembleia Municipal elaborada pela comissão constituída para o efeito, foi a mesma colocada à discussão. -----

-----Pela D. Lúcia Poseiro (P.S.D.), presidente da Comissão de Elaboração do Regimento, foi feita uma breve apresentação da proposta apresentada. -----

-----O senhor António Timóteo (C.D.U.) disse pensarem que o senhor Presidente da Câmara só responderá quando quiser, pelo que entendem que não existe razão para darem mais tempo de intervenção ao senhor presidente da Câmara. Entendem também que o período para intervenção dos municípios deveria ser antes da ordem do dia. -----

-----O senhor Presidente da Mesa da Assembleia disse concordar com a questão colocada sobre o período para intervenção dos municípios. -----

-----A D. M.<sup>a</sup> Los Angeles (C.D.U.) disse que a C.D.U. tem uma posição de que não abdica porque costuma cumprir o que diz quando se propõe para determinados cargos e a C.D.U. assumiu publicamente que entedia que o público devia ser ouvido antes da ordem do dia. Esta questão foi posta aquando do debate dos cabeças de lista à Assembleia Municipal e parecia haver um consenso maior do que se viu posteriormente. -----

-----O senhor Victor Garcia (C.D.S./P.P.) disse que no debate público defendia que o público deveria intervir antes da ordem do dia. Mas depois de ouvir as explicações do Dr. Anel Henriques de que o público deveria intervir sobre as questões tratadas na Assembleia Municipal já fazia sentido o contrário. Sempre que a Assembleia Municipal entender que o público deve intervir mais cedo ultrapassarão esta questão. -----

-----Foi deliberado por maioria com 23 votos a favor (9 do P.S.D., 8 do B.P., 5 do P.S. e 1 do C.D.S./P.P.) e 3 abstenções (2 da C.D.U. e 1 do C.D.S./P.P.) aprovar a proposta de regimento da Assembleia Municipal. -----

## REUNIÃO DO DIA 2002.06.28

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

----- **PROPOSTA DE PROTOCOLO A CELEBRAR ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE BOMBARRAL E AS 5 JUNTAS DE FREGUESIA DO CONCELHO:** Presente a proposta em epígrafe foi a mesma colocada à discussão.-----

----- O senhor Presidente da Câmara começou por esclarecer que depois de ter chegado a informação de que a distribuição constante da alínea b) da proposta não exarava aquilo que tinha sido acordado na reunião dos presidentes de Junta de Freguesia com o senhor vice-Presidente da Câmara, em como a mesma distribuição devia ser feita de acordo com o F.E.F.. Ao operar-se a distribuição, não foi utilizada a fórmula do F.E.F. mas sim uma fórmula que consultadas as actas de Câmara foi retirada da acta 46/99, de 11.10.1999 e que estava contida numa proposta de protocolo discutida pelo executivo sob proposta do vereador José Vítor Silva mas que não foi aprovada pela Assembleia Municipal. Nessa medida e considerando que pela não aplicação da fórmula acordada, haverá que corrigir às Juntas de Freguesia que em função da fórmula acordadas recebem montante inferior à que tinham direito, por isso existe a necessidade de refazer essa justiça dado o critério previamente acordado. Tudo isto foi conversado e ajustado. Procurou-se a possibilidade de levar a uma correcção. Depois de algum estudo comunicou com o senhor Presidente da Mesa da Assembleia e pediu a gentileza de ter uma reunião por ser necessário haver uma distribuição individualizada, por isso pôs de lado qualquer alteração à disposição tomada, tomando a garantia de repor a verba que não recebem. -- -----

----- A senhora Presidente de Junta de Freguesia da Roliça disse ter ela quem se apercebeu da questão, agradecendo ao senhor presidente da Câmara pela procura de uma solução para resolução da mesma. -----

----- A D. M.<sup>a</sup> Los Angeles (C.D.U.) disse que já perceberam que a proposta não foi bem elaborada de maneira que deu estes problemas. Esta autorização de delegação de competências e meios tem de passar pela autorização da Assembleia Municipal, mas também deve ser aprovada pelas Assembleias de Freguesia. Gostaria de saber se esta proposta passou por alguma Assembleia de Freguesia. Pela do Bombarral sabe que não passou. Era notório nesta proposta que a Junta de Freguesia de Roliça era prejudicada. Quando se fala na substituição da cedência de máquinas e recursos humanos pressupõe-se que as verbas são cedidas deixando a Câmara Municipal de apoiar com a cedência de máquinas. Quanto à transferência em 4 tranches trimestrais, gostava de saber se é no princípio ou no fim do trimestre e quando serão pagas as tranches em dívida. -----

----- A senhora presidente da Junta de Freguesia do Pó agradeceu ao senhor presidente da Câmara a preocupação em fazer a rectificação ao que se passou. De facto este protocolo é uma confusão generalizada porque ao contrário do que o senhor vereador João Carlos Duarte diz ao Área Oeste, foi exactamente em cima do joelho que se trabalhou. Esta reunião aconteceu porque as regras do POCAL exigem protocolos para as Juntas terem direito a verbas. Não pode concordar com este tipo de declarações. O acordo foi feito à pressa e passou da sala de reuniões para a reunião de Câmara para ser votado. -----

----- O senhor presidente da Câmara disse que, estando-se no mês de Junho e prevendo o protocolo a transferência trimestral, logo que possível a Câmara procurará satisfazer os trimestres em atraso.-----

----- O senhor vereador João Carlos Duarte disse que a Câmara Municipal nos últimos anos tem um acordo com as Juntas de Freguesia onde há determinada verba anual distribuída pelas Juntas de Freguesia com base em determinados princípios mas não há nenhum protocolo até á data. Aconteceu que com base na nova legislação que rege as Câmaras Municipais, é



## REUNIÃO DO DIA 2002.06.28

obrigatório que para que as Câmaras atribuam alguns subsídios têm de ser destinadas as verbas com base em protocolo. As Câmaras Municipais vão ter de fazer protocolos. A Câmara Municipal não tinha nenhum protocolo e detectou-se isso porque essa verba foi retirada do orçamento. Não estando uma verba prevista para as Juntas de Freguesia falou com o presidente da Câmara e contactou os Presidentes de Junta de Freguesia para se fazer um protocolo se houvesse consenso. O que foi levado a reunião com 4 presidentes de Junta de Freguesia em nada ia alterar o que tem sido prática nos últimos anos. Houve da parte da Câmara Municipal a melhor vontade em solucionar o problema. Achava que era preferível haver um protocolo e verbas em orçamento do que não haver protocolo e não haver verbas. Achou-se que perante esta fase, que seria preferível utilizar este método. Quando se discutiu o protocolo queria-se a fórmula usada mas na altura não foi possível, mas o que conta é a palavra e o que ficou combinado é que seria a mesma fórmula dos últimos anos. Se posteriormente os serviços apresentaram outra situação por engano, isso é outra situação. Ficou definido que durante este ano se iria procurar ter um protocolo para 2003 devidamente reflectido e é o que irá ser feito. Tem a informação de que esta proposta deve ser ratificada pelas Assembleias de Freguesia após a aprovação na Assembleia Municipal. -----

-----O senhor Carlos João Fonseca (P.S.D.) questionou se é possível à Câmara Municipal informar quais os valores corrigidos.-----

-----A senhora Presidente da Junta de Freguesia do Pó disse ser de opinião que não se deve falar em distribuição de verbas mas esperar por uma reunião urgente com o senhor presidente da Câmara para se ponderar a questão. -----

-----O senhor Luis Montez (C.D.S./P.P.) disse pensar que seria necessário ou reformular o protocolo e desaparecerem as verbas para as Juntas de Freguesia ou então saber as verbas.

-----O senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal referiu que o senhor Presidente da Câmara lhe colocou a possibilidade de invocar poderes de urgência emanando despacho no sentido de revogar em parte a proposta de protocolo aprovada na Câmara Municipal, não indicando os valores por Junta de Freguesia, tendo-se chegado à conclusão de que isso não seria possível uma vez que o protocolo deve prever os meios financeiros, humanos e materiais. -----

-----O senhor Presidente da Câmara disse não ter elementos com precisão neste momento tomando o compromisso de reunir com os Presidentes de Junta de Freguesia o mais depressa possível.-----

-----A D. Susana Manco (P.S.) disse que é solicitado a esta Assembleia Municipal que vote um protocolo semi-apresentado. As verbas são sujeitas a rectificação mas não nos é indicada qual é a rectificação. Como é possível pedir à Assembleia Municipal que aprove um protocolo sem saber qual é a fatia que vai para cada Junta, sabendo que há Juntas prejudicadas. Precisam que sejam indicadas as correcções e as mesmas sejam inscritas em acta. Julga que para salvaguardar a situação devem ficar escritas as actas a serem atribuídas.

-----O senhor Luis Montez (C:D.S./P.P.) disse pensar que não há dúvida que averba são 90.120 €. O C.D.S./P.p. pensa votar a favor mas precisa saber qual a verba real a distribuir pelas Juntas de Freguesia. Pensa que seria melhor retirar este protocolo e ser feita uma sessão extraordinária para este assunto. -----

-----A senhora Presidente da Junta de Freguesia de Roliça disse ter feito as contas em casa: -----

	2001	2002	%
Bombarral	€ 18.914,04	€ 23.220	26%
Carvalho	E 20.484,88	€ 25.920	26%

**REUNIÃO DO DIA 2002.06.28**

Pó	€ .624,53	€ 9.720	45%
Roliça	€ 16.447,61	€ 19680	19,5%
Vale Covo	€ 8.607,63	€ 11.580	30%

----- Daí ter alertado o senhor Presidente da Câmara para esta situação. Em relação às verbas não se importa de aprovar desde que o senhor Presidente da Câmara e o senhor vereador João Carlos Duarte se responsabilizem em colocar as verbas nas Juntas de Freguesia mas os valores dos aumentos é que não são correctos. Agradeceu ao senhor Presidente da Câmara o ter reconhecido que o documento está mal feito. -----

----- O senhor Presidente da Câmara pediu que, após se ouvir os Presidentes de Junta de Freguesia e por se ter verificado que não foi aplicada a fórmula que tinha sido aferida e havendo Juntas de Freguesia que não estão a receber o que têm legitimamente direito, se pondere, referindo a necessidade de se fazer a correcção. Pensa que se ganhará tempo em não causar mais asfixia à falta de verbas nas Juntas de Freguesia. -----

----- O senhor Abel Henriques (B.P.) disse parecer que estamos num processo kafkiano. Todos querem a efectivação da transferência de competências para as Juntas de Freguesia. Toda a Câmara Municipal manifestou esse interesse mas têm um documento que não está em condições de ser votado pela Assembleia Municipal. Sugeriu que se suspenda a sessão, a Câmara Municipal reúne extraordinariamente e continua-se a discussão com um documento correcto. -----

----- O senhor João Paulo Hermenegildo (P.S.D.) disse não saber se será possível a Assembleia Municipal autorizar o protocolo sem ser este documento. -----

----- O senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal lembrou que a Assembleia tem de deliberar o protocolo que seja presente e que define as verbas para cada Junta. -----

----- O senhor Luis Montez (C.D.S./P.P.) disse pensar que este protocolo vai contra o que está estipulado no artigo 20.º da Lei das Finanças Locais. Como não foi seguido este critério pensa que este protocolo não pode ser votado. -----

----- O senhor Presidente da Mesa da Assembleia, relativamente à sugestão do senhor Abel Henriques, leu a alínea f) do n.º 1 do artigo 54.º da Lei 169/99, relativa às competências do Presidente da Assembleia para suspender ou encerrar os trabalhos. Entende não estarem preenchidas as condições para tal. A Assembleia Municipal é soberana e poderá requerer a suspensão devendo dizer porquê e por quanto tempo. -----

----- O senhor vereador João Carlos Duarte, informou que a distribuição correcta de verbas seria a seguinte: Bombarral – € 25.332,73; Carvalhal - € 25.278,66; Pó - € 8.597,45; Roliça - € 20.295,02; € Vale Covo - € 10.616,14. -----

----- O senhor Abel Henriques (B.P.) sugeriu que o senhor Presidente da Assembleia interrompa a sessão e entretanto os membros da Câmara fazem uma reunião extraordinária e aprovam um protocolo com as verbas correctas. Às vezes a importância da substância torna necessário dar a volta à forma. -----

----- A senhora Presidente da Junta de Freguesia de Roliça referiu que em 2001 o Carvalhal recebia mais do que o Bombarral e agora recebe menos. -----

----- O senhor João Paulo Hermenegildo (P.S.D.) requereu a interrupção dos trabalhos por 10 minutos. -----

----- Pelas 00.45 horas o senhor Presidente da Mesa da Assembleia interrompeu os trabalhos por 5 minutos. -----

----- Pelas 01.12 horas foram os trabalhos reatados. -----

## REUNIÃO DO DIA 2002.06.28

-----O senhor Presidente da Junta de Freguesia do Carvalhal disse que deve ser seguida a fórmula do F.E.F., porque os presidentes de Junta a seguir têm toda a capacidade para reunirem e entrarem num consenso. -----

-----O senhor Presidente da Câmara informou que durante o intervalo, a Câmara Municipal reuniu extraordinariamente e tendo em conta que a verba global não é alterada, apresenta uma nova proposta pela fórmula do F.E.F. inserida no orçamento geral do Estado, a qual será entregue para apreciação. -----

-----A proposta do Movimento Bombarral Primeiro, foi deliberado por maioria com 24 votos a favor (9 do P.S.D., 8 do B.P., 5 do P.S. e 2 do C.D.S./P.P.) e 2 abstenções (2 do C.D./P.P.) aprovar na globalidade o documento apresentado pela Câmara Municipal. -----

-----Presente a 2.<sup>a</sup> proposta de protocolo, o senhor Presidente da Câmara informou que na reunião extraordinária entretanto realizada, o senhor vereador Manuel Quintino não participou até final mas declarou que nada tinha a referir em contrário ao que estava a ser decidido.-----

-----Pelos 01.15 horas, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou a questão do prolongamento da sessão por mais um hora, não tendo havido qualquer oposição. -

-----A D. Susana Manco (P.S.) deixou registado que quando os autarcas dizem que sabem com o que podem contar e se vem para a Assembleia Municipal assistir a isto, que seja a primeira e a última vez. Não podem ser sujeitos a reuniões extraordinárias para rectificar erros que não deviam existir.-----

-----Foi deliberado por unanimidade admitir a rectificação à proposta de protocolo apresentada pela Câmara Municipal. -----

-----Foi deliberado por maioria com 18 votos a favor (9 do P.S.D.; 8 do B.P. e 1 do P.S.) e 8 abstenções (4 do P.S.; 2 do C.D.S./P.p. e 2 da C.D.U.), aprovar o seguinte protocolo com as Juntas de Freguesia:-----

-Considerando ter esta autarquia todo o interesse em apoiar a actividade desenvolvida pelas Juntas de Freguesia;-----

-----Considerando a necessidade expressa pelos presidentes de Junta de Freguesia de continuarem a contar com o apoio financeiro que tem vindo a ser concedido por esta autarquia nos últimos anos; -----

-----Considerando o disposto no artigo 66.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, o qual autoriza a Câmara, sob autorização da Assembleia Municipal, a delegar competências nas Juntas de Freguesia interessadas, mediante a celebração de protocolo;-----

-----Considerando que do protocolo têm que figurar todos os direitos e obrigações de ambas as partes, nomeadamente os meios financeiros, a mais técnicos e humanos e as matérias objecto de delegação; -----

-----Considerando que a transferência de competências nos termos da lei tem o objectivo de apoiar as Juntas de Freguesia nomeadamente na substituição da cedência de máquinas e recursos humanos na conservação e limpeza de valetas, bermas e caminhos; -----

-----Considerando que até final do corrente ano irá ser estudado conjuntamente com os senhores presidentes de Junta de Freguesia uma proposta de protocolo de delegação de competências e respectiva transferência de verbas correspondentes;-----

-----Considerando que os valores a atribuir às várias Juntas de Freguesia do Concelho foram calculados em função de uma fórmula que se verificou inadequada, tendo sido acordado pelos senhores presidentes de Junta que esta fórmula seria a de distribuição do Fundo de Financiamento de Freguesias (FFF); -----

## REUNIÃO DO DIA 2002.06.28

-----A Câmara Municipal de Bombarral, em sua reunião de 28.06.2002, deliberou propor à Assembleia Municipal:-----

a) Que a competência prevista na alínea a) do n.º 2 do artigo 66.º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, “conservação e limpeza de valetas, bermas e caminhos”, seja transferida para todas as Juntas de Freguesia deste concelho;-----

b) Que, pela delegação supra referida seja atribuído o valor de € 90.120 a distribuir pelas Juntas de Freguesia, pela forma seguinte:-----

- Junta de Freguesia de Bombarral – 25.332,73 €;-----
- Junta de Freguesia de Carvalhal – 25.278,66 €;-----
- Junta de Freguesia de Pó – 8.597,45 €;-----
- Junta de Freguesia de Roliça – 20.295,02 €;-----
- Junta de Freguesia de Vale Covo – 10.616,14 €;-----

c) Que o valor a transferir para as Juntas de Freguesia seja incluída no orçamento para 2002 a qual corresponde a um aumento de cerca de 11% em relação a 2001, sendo esta verba transferida em quatro tranches trimestrais durante o ano de 2002.-----

### -----OPÇÕES DO PLANO E PROPOSTA DE ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE BOMBARRAL PARA 2002:-----

Usou da palavra o senhor presidente da Câmara dizendo que a Câmara Municipal acabou por trazer como elemento prevalecente o desenvolvimento do Plano de Pormenor e os projectos subjacentes da zona de desenvolvimento de actividades económicas do falcão, a distribuição de água e novas condutas adutoras e a conclusão do saneamento básico. No que toca ao orçamento e tendo em conta as críticas apresentadas aquilo que foi a tónica de referência do primeiro documento, o equilíbrio entre receitas e despesas, e consideradas as críticas ao gabinete de apoio à presidência com adjunto e secretário. No que toca às despesas há uma redução de 7% nas despesas correntes. A reformulação agora efectuada é mais realista em termos de obra consubstanciada no plano. ---

-----O senhor Abel Henriques (B.P. declarou que: “Os membros da Assembleia Municipal eleitos directamente nas Listas do Bombarral Primeiro conhecem desde a primeira hora, desde o momento em que formalizaram a sua candidatura, as suas responsabilidades perante o eleitorado e as competências que a Lei lhes conferia, caso viessem a ser’ eleitos. Compete-nos, como anunciamos na campanha eleitoral, pugnar por uma efectiva, criteriosa e responsável acção de fiscalização do órgão executivo, com um objectivo cimeiro – defender os superiores interesses das -- populações do Concelho. E, descomprometidos que estamos de outro tipo de interesses, nomeadamente de cariz político-partidário, estamos a partida, nas melhores condições para nos concentrarmos no essencial sem complexos relativamente a outros membros deste grupo municipal, que por razões diferentes votem de maneira diferente, O Orçamento e o Plano Plurianual de Investimentos são instrumentos fundamentais para a gestão autárquica, constituem o verdadeiro Programa do Governo da Autarquia. Para além do rigor que lhes é exigível, no que toca ao aspecto financeiro, estes documentos devem reflectir uma linha coerente de actuação política, anunciando um rumo, desenhando um caminho, corporizando a orientação estratégica do órgão executivo. O Orçamento e Plano que o executivo submeteu a apreciação desta assembleia há dois meses, tinham falta de rigor, quer do ponto de vista formal, quer do ponto de vista da substancia e revelavam uma confrangedora falta de visão estratégica e, por isso mesmo, foram chumbados por esta Assembleia Municipal. O que dizer dos novos (será que o são?) documentos que hoje estão sob apreciação? A mim, pessoalmente, fazem-me lembrar uma estratégia comercial que é recorrente na indústria automóvel. Quando um modelo está desactualizado, gasto, tecnologicamente ultrapassado e, nessa medida, incapaz de atrair o mercado, antes de o retirar completamente da linha de

## REUNIÃO DO DIA 2002.06.28

montagem, faz-se uma rápida operação de maquiagem, sem investimento em design, em investigação e desenvolvimento do produto, conhecida na gíria como . restyling ; muda-se a grelha dianteira e a óptica do farol traseiro e coloca-se uma última série no mercado, para apanhar os consumidores menos avisados que acreditam que o modelo que era velho passa a ser novo. Foi, mal comparado, o que aconteceu aqui. O restyling deste Orçamento e Plano é ainda assim muito tímido e não consegue disfarçar a obsolescência do modelo anterior. Resume-se a: - uma alteração da forma de apresentação das rubricas orçamentais, em conformidade com as regras do POCAL, o que demonstra que o documento anterior não cumpria os requisitos legais - uma diminuição de 0,5% das receitas correntes - uma diminuição de 20% nas receitas de capital - uma diminuição de 7% das despesas correntes - uma diminuição de 14 % nas despesas de capital. Estas últimas alterações evidenciam um esforço – colocar a saldo zero as previsões de receitas e despesas: as despesas correntes pagam-se com as receitas correntes e as despesas de capital com as receitas de capital e desta forma, elimina-se o incómodo de ouvir a crítica relativa ao documento anterior, do qual resultava que uma parte das receitas de capital teriam que ser afectas a cobertura de despesas correntes. E assim se apresenta um orçamento equilibrado. Estaríamos pois, no melhor dos mundos, não fora verificarem-se duas realidades que nos fazem despertar do sonho. Desde logo, um passivo superior a 1.200.000 contos, para o qual não se apresenta qualquer plano de recuperação. E como se isso não bastasse, insiste-se nessa grande falácia que é a - previsão inscrita na rubrica Venda de Bens de Investimento – Terrenos e Recursos Naturais – 1.095.000 €, cerca de 220.000 contos. Mais uma vez e dois meses passados, a Camara Municipal não apresentou, como era sua obrigação legal, o Inventário Patrimonial e respectiva avaliação. Se não o apresentou é porque não existe e isso coloca desde logo duas incontornáveis dificuldades: por um lado, a assembleia municipal não está habilitada, com o instrumento próprio, a avaliar a bondade da previsão da arrecadação desta receita, pelo que apenas lhe resta um único indicador objectivo – o orçamento e as contas do último exercício em que a receita estava igualmente prevista e a execução foi zero. Por outro, tendo em conta que os bens só podem ser alienados após regularização cadastral e inscrição no Inventário Patrimonial, tudo nos leva a crer, hoje, último dia útil do primeiro semestre de 2002, que tal não vai acontecer em tempo útil. Mas, neste particular, o que mais surpreende, é que se insista na verba de 625.000 €, cerca de 125.000 contos, em resultado da venda de lotes de terreno na Área de Comércio e Serviços – Pólo II da Zona Industrial, quando todos estamos cansados de saber que nem que Cristo descesse novamente a Terra tal aconteceria e quando o Próprio Plano Plurianual de Investimentos apresentado pelo executivo prevê que até ao final do ano seja executado apenas 8,5% do investimento nesta infraestrutura. Isto, perdoem-me a comparação, mas é a mesma coisa que assistirmos hoje a dois dias da Anal do Campeonato do Mundo de Futebol, a uma conferência de imprensa do Presidente da FPF dizendo que Portugal é seguramente, apesar de já ter sido eliminado na primeira fase, o grande candidato a vitória final neste mundial. Convenhamos que se o ridículo pagasse imposto municipal, esta Camara acabava de vez com os seus problemas financeiros. O resultado do exercício de 2002, se este Orçamento for aprovado, vai ser no melhor dos cenários, este – o passivo, as responsabilidades deste município irão crescer 18% - a dívida passará, com toda a probabilidade de g 1.210.000 contos para 1.430.000 contos. Continuamos a fugir para a frente. Até quando? Que legado vai este executivo, que segue na senda dos anteriores, deixar aos bombarralenses? Quem vier a seguir que feche a porta? Os textos que introduzem quer o Orçamento, quer o Plano de Actividades são um deserto de ideias, não esboçam qualquer rumo. Deles não se consegue aferir uma ponta de véu que seja sobre uma estratégia ou um projecto de desenvolvimento

## REUNIÃO DO DIA 2002.06.28

sustentável deste nosso Concelho. Apontam-se sem quaisquer considerações que revelem a estratégia que lhes está subjacente dois investimentos para o desenvolvimento económico do Concelho. Um deles – o anedótico centro tecnológico, o próprio Presidente da Câmara reconhece, sorrindo-se, que não sabe o que é. Então, este plano de actividades é uma graça? Vamos continuar a assistir ao marasmo que contagiou este Concelho nos últimos anos, em contraponto com o desenvolvimento dos concelhos vizinhos, como se estivéssemos a assistir a uma comédia de *boulevard*. Para isso, não contem conosco. Mostrámo-nos desde a primeira hora disponíveis para estabelecer os consensos que, em consciência, os resultados das últimas eleições exigiam. Os nossos vereadores reafirmaram repetidamente esta disponibilidade no seio do executivo e contactaram pessoalmente o Presidente, no sentido de se iniciar uma discussão serena sobre as diferentes propostas e pontos de vista, que permitisse a elaboração de um Plano e Orçamento que reflectisse o que de melhor tivessem as diferentes propostas e programas das diversas forças políticas, que conjugasse o esforço de todos para um objectivo comum – o desenvolvimento económico-social do concelho do Bombarral. O Presidente da Câmara achou por bem adoptar uma política contrária, de confrontação, agindo com a arrogância política, própria de quem está sustentado por uma maioria absoluta. Para o Bem e para o Mal será o primeiro dos responsáveis por todas as consequências que desta sua atitude resultarem. Não temos medo da ruptura. Foi em ruptura com o *status quo* que nos apresentámos as eleições, foi em ruptura que fomos eleitos e será em ruptura que, se for caso disso, exerceremos o nosso mandato, porque foi a ruptura com o passado, com o marasmo, a necessidade absoluta de mudança, que levou quase um terço dos eleitores do concelho a votarem em nós. Senhor Presidente, o concelho do Bombarral, fundado faz hoje 88 anos, o que só foi possível face à abnegação, tenacidade e luta das suas gentes, merecia da sua parte uma melhor prenda.”-----

-----O senhor António Timóteo (C.D.U.) solicitou informações sobre quais as verbas do III Quadro Comunitário de Apoio já comprometidas, pessoal em outra situação, existência de pessoal à vários anos ao serviço sem ter vínculo e verba dos transportes escolares.-----

-----O senhor Luiz Montêz (C.D.S./P.P.) solicitou esclarecimentos sobre a dívida à ADSE, valor para a Feira Nacional da Pêra Rocha, escola profissional e centro tecnológico, programa AGRIS, diferenças nos valores das obras. Solicitou igualmente que fosse actualizada a página da Câmara na Internet. Efectuou a seguinte declaração: “Senhor Presidente da Assembleia Senhores Membros da Assembleia Senhor Presidente da Câmara e Senhores Vereadores. Há precisamente 83 anos, também no dia 28 de Junho de 1919 em Versalhes, França, foi assinado o tratado de paz, que pôs fim a uma guerra que devastou toda a Europa, a 1ª Guerra Mundial. Também aqui nesta Assembleia seria bom que fosse assinado um tratado de paz que nos permitisse no futuro discutir o que queremos para o desenvolvimento e progresso do concelho do Bombarral, no entanto, para que tal seja possível é necessário que as deliberações dos órgãos democraticamente eleitos sejam respeitadas e é necessário que as críticas formuladas, por cada um, sejam entendidas não como ataques pessoais mas sim como formas de discussão que permitam chegar a consensos. Permita-me senhor Presidente da Câmara que lhe dirija a palavra para lhe recordar que já não tem a maioria absoluta dos votos dos eleitores deste concelho, a maioria hoje é da oposição, por isso é necessário ouvir a oposição e conjuntamente com ela decidir o melhor para o Bombarral. O programa eleitoral que apresentou ao eleitorado, como os dos outros Partidos e Movimentos tem muitas e boas propostas para desenvolver o nosso concelho mas, para que as propostas do seu programa e as dos outros possam ser concretizadas é necessário discuti-las para gerar consensos, diminuir despesas e aumentar receitas. Nenhuma empresa, nenhuma autarquia pode desenvolver-se se a sua

## REUNIÃO DO DIA 2002.06.28

despesa corrente for maior que o seu investimento. E, ao analisar-mos este orçamento e este plano de investimentos verificamos que a despesa continua muito superior ao investimento, e verificamos que as receitas previstas pela avaliação, (de que temos duvidas), de terrenos para venda é irreal e nunca será realizável até final do ano, o que nos permite, só por si, sem margem de erro concluir que a dívida da Camara Municipal se este orçamento for aprovado aumentará na mesma proporção dessas vendas não concretizadas até final do ano. Assim, apesar de se verificar urna redução de + ou - 7,17% na despesa deste orçamento, comparando-o com o anteriormente apresentado e reprovado por esta assembleia, não é, na nossa opinião, esta redução da despesa tão significativa que nos permita concluir que estamos perante um orçamento que tem uma orientação estratégica e o equilíbrio financeiro necessário para a autarquia ser gerida com a austeridade precisa para o saneamento económico financeiro que permita equilibrar as finanças camarárias e diminuir o passivo existente. Conforme, julgo que sabe, vai a Senhora Ministra das Finanças levar á Assembleia da República a proposta de Lei da Estabilidade Orçamental. Vai essa lei entre outros, estabelecer limites de endividamento, inferiores aos permitidos pela lei das finanças locais. Ora, sendo este orçamento um orçamento que continua despesista, que não aproveita correctamente os fundos disponíveis e que inclusive retira receitas aprovadas em Leader Oeste, incluídas no anterior orçamento reprovado, e que permitiam mais investimento nas Freguesias, como vai depois V.Exa investir numa autarquia com um endividamento já hoje superior ao que irá ser permitido. É-nos também mais uma vez aqui apresentado um orçamento, viciado á partida pois já sabemos que será necessária, pela palavra do Sr. vice presidente da Camara, uma urgente revisão orçamental em virtude das verbas aqui enumeradas não corresponderem á realidade das verbas a gastar. São mais uma vez apresentadas, em orçamento, verbas para actividades e investimentos, que ninguém sabe o que são nem como se vão processar. Na nossa opinião, é um orçamento pouco rigoroso para uma Câmara com uma dívida a Bancos e Fornecedores já incomportável de gerir e é um orçamento que favorece a despesa e desfavorece o investimento. Despesas referentes a representação autárquica, fogo de artifício, horas extraordinárias, aumento dos quadros de pessoal, material honorífico, festas, etc ... - e investimentos referentes a: palco desmontável, habitação social, centro de estudos vinícolas, centro tecnológico, nova biblioteca municipal, skate parque, cave do pavilhão, etc .... Não são despesas nem investimentos, neste momento, vitais para o desenvolvimento do concelho do Bombarral, podemos por isso, a bem das contas públicas e do necessário abatimento do passivo da autarquia, suprimi-las deste orçamento Se queremos equilibrar e regredir o passivo da autarquia, esta corrente despesista tem que ser revertida . Neste orçamento as despesas terão ainda que baixar em valores na ordem dos + ou - 12,3% para que seja possível não hipotecar ainda mais o futuro do concelho do Bombarral. Assim, face ao orçamento que aqui hoje nos é apresentado enquanto não se verificar uma redução da despesa corrente dentro dos valores por nós apontados, o Partido Popular irá mais uma vez vetar desfavoravelmente este orçamento, que na nossa opinião, não serve da melhor forma os interesses do Concelho do Bombarral nem dos seus munícipes, mas, disponibilizamo-nos para em consenso e em conjunto com todos os representantes autárquicos elaborar um orçamento de contenção e de rigor." -----

-----O senhor Presidente da Câmara disse que o executivo teve uma primeira reunião para discutir critérios e abordar questões que levaram á reformulação. Apesar de tudo e tendo em consideração as referências feitas sente às vezes que são feitas como dirigidas ao Presidente da Câmara. Só foram eleitos para gerir os destinos do concelho. Aos técnicos caberá elaborar a interpretação das verbas. A primeira versão foi elaborada de forma orgânica mas o POCAL tem de ser elaborado tendo em conta a grande divisão Câmara e Assembleia

## REUNIÃO DO DIA 2002.06.28

Municipal. O único Partido que apresentou propostas foi o P.S.. Os outros, nomeadamente o B.P. disseram que só apresentavam propostas de reformulação após verem a nova versão. Foi-lhe feita uma abordagem para a reunião por parte do vereador Luis Duarte, parecendo-lhe revelador quando o mesmo lhe disse que queria ter uma conversa pessoal, era elemento que o procurasse denegrir daí ter procurado preservar a face. Quanto às verbas do III Q.C.A. os investimentos são os que no P.P.I. estão assinalados na comparticipação. A Câmara tem uma taxa de aproveitamento de 125%. -----

-----A senhora Chefe da Divisão Administrativa e Recursos Humanos esclareceu que o valor da ADSE inserido na rubrica pessoal em outra situação é de € 9.509,14. Este pessoal em outra situação refere-se a 2 estagiários. -----

-----O senhor presidente da Câmara disse que a verba da Feira Nacional da Pêra Rocha que consta no orçamento é a mesma da primeira versão embora se esteja a procurar contratualizar uma nova verba. O centro tecnológico trata-se de uma infra-estrutura que a nível do Oeste se pondera centrar nos concelhos limítrofes. Quanto ao AGRIS os que constam em termos de plano são aqueles que estão exprimidos em termos da respectiva candidatura. -----

-----No uso da defesa da honra usou da palavra o senhor vereador Luis Duarte, dizendo que o senhor presidente da Câmara usou o nome dos vereadores do Bombarral Primeiro relativamente à elaboração do orçamento. Disse que os vereadores do Bombarral Primeiro desde o princípio defenderam que devia haver uma nova cultura democrática com participação de todos. Não entregaram a proposta porque entendem que o documento devia ser discutido de forma aberta e participada. Estabeleceram e propuseram uma metodologia após três reuniões extraordinárias adiadas. Inclusivamente propuseram que no orçamento fosse respeitada a divisão por unidades orgânicas para haver um verdadeiro controlo orçamental. Da forma como está elaborado o orçamento de forma alguma se saberá onde há desperísimo. Foi por iniciativa do Bombarral Primeiro que pela primeira vez foram discutidas prioridades, mas depois não existe o espelhar dessas prioridades no orçamento. A abordagem feita foi de boa fé e tem havido uma permanente exclusão de vereadores porque o senhor presidente acha suficiente o acordo que tem com o vereador do P.S.. -----

-----O senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal advertiu o senhor vereador Luis Duarte de que a defesa da honra não pode ser usada para estas declarações de âmbito político. -----

-----Utilizando a figura de defesa da honra, o senhor vereador Jorge Costa Pereira disse que não existe nenhum contrato, pelo menos com a intenção com que o vereador Luis Duarte quis insinuar e aí sim foi ofendido.-----

-----O senhor Presidente da Câmara, usando a figura de defesa da honra, disse que gato escaldado de água fria tem medo. O senhor vereador Luis Duarte ao solicitar uma reunião consigo não invocou boa fé.-----

-----Pelos 02.10 horas foi a reunião encerrada, ficando marcada a continuação da sessão para o dia 03 de Julho, pelas 21.00 horas, e lavrada a presente acta que vai ser devidamente assinada pelo presidente da Mesa e pelos dois secretários, depois de lida e achada conforme.-----

O Presidente da Mesa:

O Primeiro Secretário:



**REUNIÃO DO DIA 2002.06.28**

O 2.º Secretário: